

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 24/08/2015 - Edição 1339

Tentativa de golpe dos patrões repercute. Veja matéria veiculada no site da CUT Brasília.

Entidade patronal ameaça jornada 12 x 36 e vigilantes se indignam



Para alertar os trabalhadores sobre ameaça de retirada da jornada de 12x36, que estabelece 36 horas de descanso a cada 12 horas de trabalho, a Confederação Nacional dos Vigilantes - CNTV veiculou por meio do facebook na última terça-feira (18), um vídeo onde o presidente da entidade sindical, José Boaventura, explica para a categoria o que em seu entendimento são os reais motivos que levaram a Federação patronal - Fenavist a ameaçar os trabalhadores com a

retirada desse sistema de trabalho.

“Com a campanha pelo piso salarial de R\$ 3 mil avançando no Congresso e mobilizando vigilantes de todo país, a Fenavist está usando a jornada de 12x36 como uma chantagem, um instrumento de barganha, para tentar levar vantagem nas negociações da Convenção Coletiva de 2016”, afirma José Boaventura.

Para o sindicalista, a Federação não possui autonomia para decidir sobre a jornada de trabalho dos

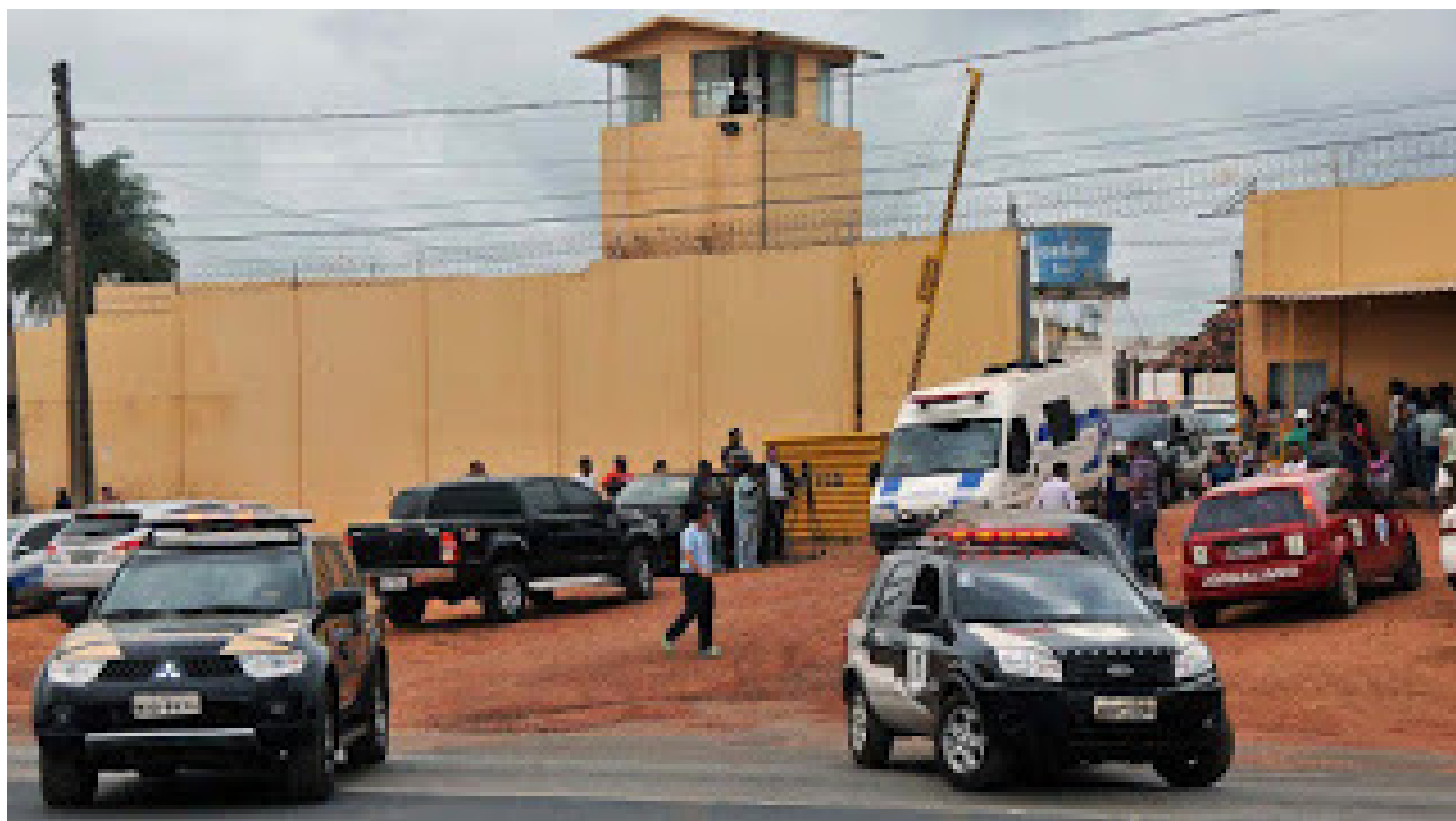
vigilantes, e a CNTV afastou todas as possibilidades de negociação nesse sentido.

O deputado distrital Chico Vigilante também se manifestou a respeito: “Devo dizer a esses senhores empresários que a jornada de 12x36 foi implantada em uma greve memorável e histórica em 1979. Para que esse direito fosse incorporado, foi necessária muita luta, sangue e suor dos trabalhadores e nós não vamos permitir em hipótese alguma que retirem essa jornada, pois se ela acabar, dos vigilantes brasileiros estarão desempregados. Isso está na contramão da nossa luta por mais empregos e melhorias nas condições de trabalho”, explica o parlamentar.

Fonte: CUT Brasília

Vigilantes terceirizados evitam fuga de 12 presos em Pedrinhas, no MA

Para frustrar plano, eles chegaram a atirar contra detentos do presídio. É a segunda tentativa de fuga registrada em menos de uma semana.



Penitenciária de Pedrinhas (PP), em São Luís (MA).

Vigilantes de uma empresa terceirizada evitaram na madrugada deste domingo (23), por volta das 3h20, uma tentativa de fuga de 12 detentos do bloco F1 da Penitenciária de Pedrinhas (PP), em São Luís (MA). Para frustrar o plano dos presos, os vigias chegaram a atirar contra eles, que não revidaram. Equipes da Polícia Militar do Maranhão (PM-MA) e Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop) chegaram logo em seguida. Um buraco foi encontrado na cela 19 do pavilhão.

De acordo com a Secretaria de Estado e de Administração Penitenciária (Sejap), as providências de reparo da cela já foram tomadas e os detentos responderão processo

disciplinar interno.

Segunda em uma semana

Essa é a segunda tentativa de fuga registrada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, na mesma unidade prisional, em menos de uma semana. Na última terça-feira (18), um detento do bloco F2, identificado como Francisco das Chagas Cosmo da Costa, tentou fugir da PP pulando um muro, mas foi capturado ainda dentro do pátio do complexo. Ele vai responder a processo disciplinar interno.

Leia a íntegra da nota enviada pela Sejap ao G1 sobre a tentativa de fuga deste domingo (23):

A Secretaria de Estado e de

Administração Penitenciária (Sejap) informa que uma tentativa de fuga de detentos da Penitenciária de Pedrinhas foi frustrada pelo corpo de segurança interna daquela unidade. Os 12 internos do Bloco F1, daquele estabelecimento, tentaram fugir na madrugada deste domingo (23), por volta das 3h, por um buraco que os próprios internos fizeram na cela 19.

A Sejap informa ainda que as devidas providências de reparo da cela já foram iniciadas. Todos os 12 detentos responderão Processo Disciplinar Interno (PDI).

Fonte: G1

Profissão de risco. Sete vigilantes foram mortos em 2015 no Ceará

Os seguranças foram assassinados no exercício da profissão. Na maioria dos casos, criminosos pretendiam roubar arma das vítimas



Trabalhadores precisam ser treinados para atuação como vigilantes particulares. Interessados devem procurar empresas autorizadas

Desde janeiro, sete vigilantes foram assassinados no Ceará enquanto trabalhavam, de acordo com o Sindicato dos Vigilantes do Estado. Por conta da insegurança, a entidade chegou a espalhar outdoors por Fortaleza, no mês de junho, com fotos dos trabalhadores mortos feitas logo após os homicídios. A medida foi tomada como forma de protesto e cobrança pela prisão dos criminosos. A situação chocou e causou polêmica, mas serviu para demonstrar que a profissão está cada vez mais arriscada.

“Eles trabalham de forma armada e vêm se tornando alvo dos marginais que estão em busca não de assaltar o estabelecimento comercial, mas, sim, à procura do armamento do vigilante, para utilizá-lo em outros roubos. Os profissionais de vigilância devem dobrar seus cuidados”, recomenda a Polícia Federal, em nota oficial.

Presidente do sindicato, Daniel Borges informa que, além dos

homicídios, os profissionais sofreram 17 tentativas de assaltos no ano que terminaram com seguranças e bandidos feridos.

Para evitar riscos na hora de contratar um serviço de vigilância privada, Borges recomenda que as pessoas procurem empresas legalizadas e denunciem à PF casos de irregularidade. “Para exercermos a função, fazemos os cursos de formação, com aulas práticas e teóricas, e ainda passamos por reciclagem de dois em dois anos. Somos treinados para fazer o trabalho de prevenção. Mas, por conta do valor, as pessoas preferem contratar empresas clandestinas. É um barato que pode sair muito caro”, alerta.

Armas

A Lei 7.102/83, que garante ao Ministério da Justiça a competência para fiscalizar a atividade de segurança privada no País, através do Departamento de Polícia Federal,

também determina que o vigilante tem direito ao porte de arma no exercício da profissão. Mas ele é exclusivo para a área privada do estabelecimento contratante.

Para circular com a arma, fazendo a segurança pessoal de alguém, o profissional deve ter um curso de extensão específico e a empresa contratada deve ter autorização para a prestação do serviço. A arma pode ser usada somente em situações de risco ao patrimônio ou à segurança física de alguém. A ação, porém, deve ser sempre proporcional ao grau de risco gerado, sob pena de responsabilidade por eventuais danos causados por excesso na atuação.

Dicas

Para contratar um serviço de segurança armada, deve-se procurar uma empresa devidamente autorizada pela Polícia Federal. No site www.dpf.gov.br é possível realizar consultas sobre a regularidade das empresas.

Os vigilantes cadastrados na PF devem apresentar certidões negativas criminais e curso de formação com grade curricular pré-estabelecida.

As empresas de segurança devem ter as autorizações de funcionamento renovadas, anualmente, pela PF. Para tanto, elas devem atender a requisitos como balanço ou balancete que comprove a integralização do capital social; certidões negativas de registros criminais dos sócios e administradores; e comprovante da contratação de seguro de vida dos vigilantes.

Todo o processo de autorização leva cerca de 30 dias, no Ceará.

Fonte: O Povo

A luta da mulher contra toda forma de opressão



Pré-conferência tem como objetivo debater temas e preparar mulheres para a Conferência que será realizada em setembro.

O Sindsecur-RN participou nesta quinta-feira (20), no Caps (Centro de Atenção Psicossocial), da pré-conferência que antecede a III Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, que deverá ocorrer nos dias 16 e 17 de setembro.

O encontro promovido pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres (Semul) e o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) que já ocorreu nas zonas norte, sul e leste agora leva para a região oeste de Natal o debate sobre o tema “Mais direitos, participação e poder para as Mulheres”.

As vigilantes Dalcilene Cabral e Cleiza do nascimento, que compõem a diretoria do Sindsecur, participaram



As diretoras do Sindsecur-RN Dalcilene Cabral e Cleiza do Nascimento participaram do encontro.

da pré-conferência. “Essa conferência abordou importantes assuntos como a questão da violência contra a mulher, as relações de trabalho e a participação feminina no sistema político. Nós mulheres somos maioria na população, mas os cargos políticos são ocupados por 91% de homens e 9% mulheres”, explica Dalcilene.

Ela informa ainda que a conferência tem o objetivo de discutir formas de melhorar a participação da mulher na sociedade e como solucionar antigos problemas como a falta de creches. “No dia-a-dia as mulheres enfrentam problemas como as mães que trabalham e precisam deixar os filhos numa creche. Muitas são obrigadas a faltar no trabalho porque a maioria das creches não são de tempo integral”, acrescenta Dalcilene.

Fonte: Sindsecur

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Priscilla Beine Abdelaziz
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF